

Patrick Dendale
Universiteit Antwerpen

Oswald Ducrot
École des Hautes Études en
Sciences Sociales – EHESS

Lauro Gomes
Universidade de Passo Fundo –
UPF

Kohel Kida
Keio University

Cristiane Dall' Cortivo Lebler
Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC

Alfredo Lescano
Université de Toulouse
École des Hautes Études en
Sciences Sociales – EHESS

Julio Cesar Machado
Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

Maria Helena de Moura Neves
Universidade Presbiteriana Mack-
enzie – UPM
Universidade Estadual Paulista –
UNESP

Maria Marta García Negróni
Universidad de San Andrés,
Argentina

Jocenilson Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe –
UFS

Samuel Ponsoni
Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

Melva M. Tebaldi
Centro Universitário Ritter dos
Reis – UNIRITTER

Carlos Vogt
Universidade Estadual de Campi-
nas – UNICAMP

O tema central da teoria argumentativa é que o sentido de um enunciado contém uma alusão à sua eventual continuação: é essencial para ele convocar tal ou qual tipo de continuação, de pretender orientar o discurso posterior nessa ou naquela direção. Se ele é argumentativo, não é apenas porque ele fala sobre o mundo, mas porque é, se nós o considerarmos em si mesmo. Certamente, não saberíamos prever o que efetivamente vai se seguir a ele: pode ser o silêncio, ou uma certa recusa, ou um soco. Mas há uma continuação "pretendida", aquela que ele dá como sua razão de ser, e isso está tanto nele como fora dele.

Oswald Ducrot



Organização e Direção Geral:
Louise Behe
Marion Carel
Corentin Denuc
Julio Cesar Machado

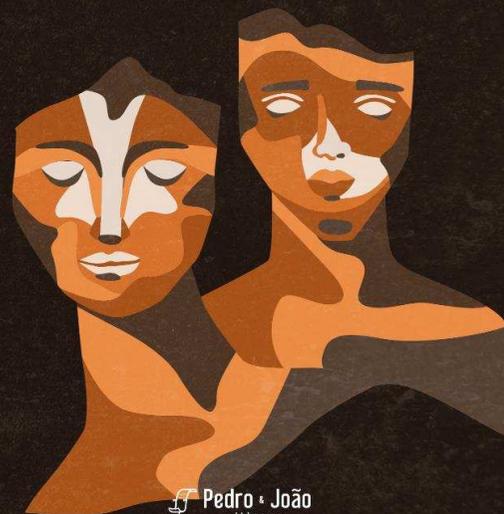
CURSO DE SEMÂNTICA
ARGUMENTATIVA



Organização e Direção Geral:

Louise Behe
Marion Carel
Corentin Denuc
Julio Cesar Machado

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA



Pedro & João
editores

Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul –
UCS

Lecl Borges Barbisan
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul – PUCRS

Louise Behe
École des Hautes Études en
Sciences Sociales – EHESS

Marion Carel
École des Hautes Études en
Sciences Sociales – EHESS

Ana Lúcia Tinoco Cabral
Universidade de São Paulo –
USP-Proletras;
Instituto Paulista – IP
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo – PUCSP

Zoé Camus
Université de Toulon

Giorgio Christopoulos
École des Hautes Études en
Sciences Sociales – EHESS

Marta Tordesillas Colado
Universidad Autónoma de Madrid
– UAM

Danielle Coltier
Université du Maine

Carmem Luci da Costa
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul – UFRGS

Corentin Denuc
École des Hautes Études en
Sciences Sociales – EHESS

Claudio Primo Delaney
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul – PUCRS

Luiz Francisco Dias
Universidade Federal de Minas
Gerais – UFMG

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

**Grupo de Investigações Semânticas e Discursivas - GISD/CNPq
Grupo de Estudos do Discurso e História das ideias sobre línguas e estrangeiridade -
imaGine/CNPq**

**Grupo de Estudos da Enunciação - ENUNCIAR/CNPq
Grupo de Pesquisa - Gramática de usos do português - CNPq
Grupo de Pesquisa - Linguagem, Semântica e Educação / CNPq
Grupo de Pesquisa Texto, Escrita e Leitura - PUC SP / CNPq**

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO GERAL

**LOUISE BEHE
MARION CAREL
CORENTIN DENUÇ
JULIO CESAR MACHADO**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Louise Behe; Marion Carel; Corentin Denuc; Julio Cesar Machado [Orgs.]

Curso de semântica argumentativa. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021.
515p. 16 x 23 cm.

**ISBN : 978-65-5869-425-0 [Impresso]
978-65-5869-424-3 [Digital]**

DOI: 10.51795/9786558694243

1.Semântica argumentativa. 2. Curso. 3. Linguística . I. Título.

CDD – 410

Capa : Petricor Design

Diagramação : Diany Akiko Lee

Editores : Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores :

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2021

Divisão e organização dos capítulos

Marion Carel
Julio Cesar Machado

Supervisão da revisão técnica

Julio Cesar Machado

Revisão técnica

Louise Behe
Marion Carel
Corentin Denuc
Luiz Francisco Dias
Alfredo Lescano
Julio Cesar Machado
Samuel Ponsoni
Jocnilson Ribeiro

Gravação das Aulas de Oswald Ducrot

Takako Okada

Transcrição das Aulas de Oswald Ducrot:

Diego Brousset

EQUIPE DE TRADUTORES PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

Coordenação da equipe de tradução:

Julio Cesar Machado

Equipe de tradutores: francês – português

Tânia Maris de Azevedo

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Claudio Primo Delanoy

Luiz Francisco Dias

Lauro Gomes

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Julio Cesar Machado

Samuel Ponsoni

Jocnilson Ribeiro

Cristina Rörig

Daniel Costa da Silva

Neiva M. Tebaldi

Carlos Vogt

Equipe de tradutores: espanhol – português

Tânia Maris de Azevedo

Jocnilson Ribeiro

Equipe de Revisão técnica da tradução

Tânia Maris de Azevedo

Claudio Primo Delanoy

Lauro Gomes

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Julio Cesar Machado

Samuel Ponsoni

Jocnilson Ribeiro

Neiva M. Tebaldi

Tradução das Aulas de Oswald Ducrot

Julio Cesar Machado

Carlos Vogt

Apresentação da edição em língua portuguesa

É com enlevo que apresentamos o **Curso de Semântica Argumentativa** à comunidade lusófona, aos leitores do português europeu e aos leitores do português brasileiro.

No que tange à construção da obra no original francês, o *Cours* é fruto de dois anos e meio de trabalhos em sete países distintos – Brasil, Argentina, Bélgica, França, Japão, Espanha e Itália. De caráter fortemente internacional, a obra é marco raro de magnitude singular, porque ilustra minimamente três relevâncias: uma relevância *político-científica*, ao unir pesquisadores distantes e distintos que trabalham a Semântica Argumentativa, às suas maneiras; uma relevância *didática*, por se significar enquanto instrumento basal para aulas sobre Linguística, Semântica, Pragmática, Enunciação, Semântica Argumentativa, Análise de Discurso e correlatas, ao redor do mundo; e uma relevância *histórica*, pelo valor epistemológico que a obra condensa, ao atualizar uma área de estudos que se iniciou no final dos anos sessenta – a semântica argumentativa – e que, atualmente, é trabalhada na maior parte do mundo. O teor histórico da presente obra se dá na insistência em imbricar momentos anteriores e atuais, sempre pela perspectiva de autores de alta envergadura na matéria, muitos deles de papel determinante no desenvolvimento da Semântica Argumentativa.

Já no que tange à tradução da obra, para a língua portuguesa, o *Curso* é resultado de intenso esmero de uma equipe de tradução com notório preparo técnico e linguístico, versada tanto no conhecimento avançado da teoria em tela, quanto no histórico e evolução do acervo da referida teoria, a Semântica Argumentativa. E por se tratar de uma tradução, algumas palavras sobre esse processo são aqui pertinentes.

Para além de um método de tradução que converte estabilidades convencionais entre si, foi critério indesejável para a tradução desta obra debruçar-se sobre o exercício hercúleo de (tentar) preservar os fenômenos linguísticos/enunciativos em discussão, que outrora descritos e narrados por uma deontologia francesa (e não apenas a língua francesa), agora, tornaram-se descritos e narrados por uma deontologia brasileira (e não apenas a língua portuguesa). Afinal, a

tradução é também uma descrição da enunciação. Portanto, o cuidado-base foi preservar o que é próprio da enunciação, ao traduzir.

Além deste primeiro critério-base, o cuidado com o que é próprio da enunciação, ao traduzir, os tradutores ocuparam-se, detidamente, com o cuidado com o que é próprio da língua francesa, ao traduzir. A equipe, então, dedicou-se em zelar pelo conhecimento próprio da língua francesa, que neste volume de tradução, tornou-se um conhecimento técnico-teórico operado em francês, mas lido em português. Tratou-se de um critério de preservação epistemológico-linguística: empenhamos em preservar tanto o conteúdo (a epistemologia, objeto das aulas) quanto a língua que operava tal conteúdo (o francês, a língua das aulas), apresentando-os, agora, pelo crivo do português brasileiro.

Mesmo diante do desafio que é toda tradução, os resultados finais atenderam às expectativas mais exigentes de nossa equipe. Resta recomendar, como de praxe, tanto para as lentes mais rigorosas como para aquelas que se arvoram nas minúcias profundas dos fenômenos, que as devidas leituras da presente versão portuguesa se realizem em parceria com a leitura do original francês. Sobretudo no que tange aos exemplos, enunciados rebeldes que desafiam todo método de tradução, por jogarem com exclusividades linguísticas da língua de origem, já que toda língua traz, em seu bojo, espessuras nem sempre traduzíveis, como particularidades culturais, semânticas e doxais de certa coletividade linguística, de um grupo, ou um povo. Especificidade essa que, nesta versão portuguesa, torna-se um esforço de tradução de um complexo linguístico-cultural e semântico de sete países distintos, enunciados pelo escrutínio do português brasileiro.

Disponibilizando tal riqueza política, histórica e didática ao estimado leitor, aqui apresentada pela tradução em língua portuguesa, reiteramos votos de profícuos trabalhos e pesquisas, ao redor do mundo.

Inverno de 2021, segundo ano da pandemia do Coronavírus.

*Julio Cesar Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG-Brasil*

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

PARTE 1: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

	Prefácio: A Semântica Argumentativa - Marion Carel	15
Aula I	<i>Horizontes da significação</i> Luiz Francisco Dias	25
Aula II	<i>Terminologia geral da Semântica Argumentativa</i> Oswald Ducrot	45
Aula III	<i>Sentido, significação e referência</i> Oswald Ducrot	55
Aula IV	<i>Análise da palavra « porta »</i> Oswald Ducrot	61
Aula V	<i>Como classificar os discursos?</i> Oswald Ducrot	69
Aula VI	<i>A delocutividade</i> Oswald Ducrot	77

PARTE 2: A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS (TBS)

Aula VII	<i>Os conceitos de aspecto (normativo e transgressivo), e de argumentação (interna e externa)</i> Lauro Gomes, Cristiane Dall' Cortivo Lebler	89
Aula VIII	<i>As relações entre aspectos argumentativos: os conceitos de conversão, reciprocidade e transposição</i> Claudio Primo Delanoy	105
Aula IX	<i>A estrutura do texto e os elementos de coesão textual</i> Giorgio Christopulos	115

Aula X Os conceitos de empregos constitutivos, empregos caracterizantes, empregos singularisantes, e a noção de decalagem 123
Giorgio Christopulos

Aula XI Os quase-blocos 129
Marion Carel

Aula XII O paradoxo 139
Kohei Kida

PARTE 3: A PRESSUPOSIÇÃO

Aula XIII A pressuposição na ADL 153
Ana Lúcia Tinoco Cabral

Aula XIV A pressuposição na TBS 169
Marion Carel

PARTE 4 : A CONJUNÇÃO MAS

Aula XV A conjunção mas discutida segundo a visão dos contextos de uso 183
Maria Helena de Moura Neves

Aula XVI O “mas” segundo Ducrot versus o “mas” segundo Carel: uma comparação crítico-teórica 215
Julio Cesar Machado

PARTIE 5 : A GRADUALIDADE

Aula XVII O modificador desrealizante, o modificador realizante, o modificador surrealizante e o internalizador 237
María Marta García Negroni

Aula XVIII Gradualidade, uma constante na Semântica Argumentativa 251
Tânia Maris de Azevedo

Aula XIX	<i>Gradualidade e mudança de sentido</i> Louise Behe	263
-----------------	--	-----

PARTE 6 : A ENUNCIÇÃO

Aula XX	<i>Dictum e Modus : debates históricos, novas relações e análises da subjetividade na língua</i> Marta Tordesillas	273
----------------	--	-----

Aula XXI	<i>Polifonia de acordo com Ducrot</i> Patrick Dendale, Danielle Coltier	315
-----------------	---	-----

Aula XXII	<i>O antigo conceito de enunciador</i> María Marta García Negroni	341
------------------	---	-----

Aula XXIII	<i>A enunciação linguística: funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas</i> Marion Carel	353
-------------------	---	-----

PARTE 7 : PARA ALÉM DA SEMÂNTICA LINGUÍSTICA

Aula XXIV	<i>A linguagem gestual e a gestualidade da linguagem</i> Carlos Vogt	379
------------------	--	-----

Aula XXV	<i>Leitura (alfabetização e letramento): breves reflexões baseadas em conceitos da Semântica Argumentativa</i> Neiva M. Tebaldi Gomes	393
-----------------	---	-----

Aula XXVI	<i>Semântica Argumentativa e conflitualidade política: o conceito de programa</i> Zoé Camus, Alfredo Lescano	403
------------------	--	-----

Aula XXVII	<i>A ação dizendo e a atribuição</i> Corentin Denuc	417
-------------------	---	-----

**PARTE 8: LIMITES TEÓRICOS: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE OUTROS
AUTORES E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Aula XXVIII	<i>A presença de Saussure na Teoria da Argumentação na Língua</i> Leci Borges Barbisan	429
Aula XXIX	<i>O problema do énoncé, em Foucault e Ducrot</i> Julio Cesar Machado, Jocenilson Ribeiro	437
Aula XXX	<i>A Semântica Argumentativa e suas relações com a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste</i> Carmem Luci da Costa Silva	465
Aula XXXI	<i>A teoria dos atos de linguagem e a Semântica Argumentativa</i> María Marta García Negroni	489
Aula XXXII	<i>Ducrot e Maingueneau : aproximações e distanciamentos</i> Samuel Ponsoni	501

Aula XXIX

O problema do énoncé, em Foucault e Ducrot

Julio Cesar Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMG, Brasil

Jocnilson Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe
UFS, Brasil

Nós somos todos foucaultianos em certa medida, de um modo ou de outro, sem poder mensurar isso muito claramente.
(Oswald Ducrot, 2013, p. 50)

1. O ponto de encontro na palavra “énoncé”

O desafio de construir esta aula em torno de uma noção foucaultiana procurando alguma aproximação ou um tipo de relação com o trabalho de Oswald Ducrot exige de nós um exercício tão difícil quanto prazeroso. A dificuldade se faz no limite entre dois autores com questões filosóficas de linguagem na esteira de horizontes com pontos de vista que resultam em situações teóricas díspares; mas o prazer dessa empreitada reside exatamente nesse nosso retorno a noções basilares de seus objetos.

Primeiramente este tipo de relação põe em evidência dois pensadores de linguagem – diríamos filósofos da linguagem – com problemas e objetos distintos e igualmente maneiras muito diferentes de olhar para a linguagem. Diante de tantas diferenças entre o linguista

¹ Registramos aqui nossa gratidão pelas várias sugestões propostas por ocasião da leitura técnica de nossos colegas de pesquisa: Louise Behe, Marion Carel, Luiz Francisco Dias e Corentin Denuc.

e o filósofo franceses que aqui seriam irrelevantes destacar, é preciso avisar que há uma diferença cronológica na dimensão da produção de suas obras que têm a década de 1980 como contexto de intersecção e bifurcações. Para Foucault é, infelizmente, a década de uma vida interrompida; já para Ducrot, felizmente, é uma década a partir da qual decorre, até o presente, um conjunto de trabalhos que hoje podemos avaliar como um importante legado para a história das ideias linguísticas.

Já desse desencontro factual da vida, resgatamos o ponto de encontro pelo menos no uso do termo “*énoncé*”, que Ducrot e Foucault vão trazer para seus trabalhos, ambos na esfera da formulação e da apropriação da língua, com atenção especial para o sujeito do enunciado no nível do acontecimento histórico, conforme sustentava Foucault (2008) em *As palavras e as coisas* (1969), e Ducrot em “*O dizer e o dito*” (1984).

Em segundo lugar, parece-nos salutar então começar por aquilo que, a nosso ver, corresponde à unidade do objeto de análise da/na língua e na linguagem. Esta escolha metodológica é muito mais nossa do que, propriamente, dos dois autores aqui em análise. Dado o conjunto de conceitos, noções, interesses, problemas e objetos de ambos além das diferenças que apenas anunciamos, acreditamos que partir da noção de *enunciado* para pensar o discurso é um caminho frutífero porque nos leva ao ponto de intersecção em ambos os pensadores: a dimensão constitutiva do sujeito na ordem da língua e do discurso, ou seja, na ordem da sintaxe, da semântica mais sobretudo no nível da memória e do acontecimento para além da natureza da língua enquanto sistema. Mas este exercício metodológico não desqualifica outras tomadas de posição que se possa adotar, por exemplo, para pensar o problema da argumentação na língua no interior de um arquivo.

A palavra *arquivo*, em Foucault, é um conceito para descrever o fenômeno significativo de um complexo implícito que se avizinha a certos sentidos e os coloca em crise. É um sistema geral de formação e de transformação dos enunciados último elemento da análise discursiva foucaultiana. O arquivo não pode ser mensurável, nem esgotado, pois não são “obras anteriores”, senão “disposições diversas anteriores”. Para os propósitos desta aula, a noção de arquivo é um refinado ponto de encontro, pois é pertinente pensar como

Foucault se aproxima da Semântica Argumentativa pela noção de *arquivo* (de Foucault), que no interior da Semântica Argumentativa pode ser pensado em um primeiro momento, pela noção de *conhecimento anterior* (de Ducrot), e atualmente por várias noções próprias da Teoria dos Blocos Semânticos e da Teoria Argumentativa da Polifônica. Uma comparação inicial e mais geral é bem produtiva:

- ✓ **Arquivo:** “chamarei de *arquivo* não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*”. (FOUCAULT, 2000c, p.95)
- ✓ **Conhecimento anterior ou interdiscurso co-significado:** “Uma interpretação exige sempre que consideremos conhecimentos que temos independentemente do objeto a se interpretar, e que aplicamos a este objeto” (DUCROT, 1999, p. 106).

Para nossa empreitada, a questão que devemos então nos colocar é a seguinte:

- ✓ O que é o *énoncé* nos trabalhos de Ducrot e de Foucault?
- ✓ Quais diferenças e possíveis aproximações devemos reconhecer ao longo de seus escritos?

Embora Foucault não tenha se debruçado propriamente ao estudo da língua e das gramáticas procurando entender o modo de funcionamento dos operadores argumentativos nas línguas neolatinas em geral, nem na língua francesa em particular (interesse de Ducrot, por exemplo), sabe-se que o filósofo mantinha em suas leituras os inúmeros trabalhos dos neogramáticos e dos linguistas saussurianos que produziram um conjunto de saberes e conceitos que deram corpo aos sistemas de pensamentos e de representações sobre a língua e os discursos na ordem da história, como se pode conferir na leitura de *As palavras e as coisas* (1969). Desse modo, a suas maneiras, ambos, Foucault e Ducrot, são pensadores com um conhecimento muito aprofundado nas questões de bases saussurianas e na concepção de *língua como sistema*. A problemática do estruturalismo, por exemplo, foi objeto de discussão recorrente em vários trabalhos de Foucault onde ele empreendeu longas análises em *Retornar à história* (2000a),

Linguística e ciências sociais (2000b), Resposta a uma questão (2010a). Mas é em *As palavras e as coisas* que o autor discute o papel da gramática enquanto disciplina científica da linguagem, o que leva, em certa medida, a um rótulo ao filósofo como sendo *estruturalista*. Nesse livro, não é difícil localizar as leituras e as reflexões foucaultianas em torno dos sistemas de classificações, ordenamentos e taxonomias nos campos da biologia, da economia e da gramática, procurando entender historicamente não apenas como sistema de representação como espelho da realidade empírica sensível, mas como discursos que dão forma identitária ao sujeito histórico. Podemos dizer que, já nesse livro, há um empreendimento do filósofo em torno da problemática da linguagem, concebendo-se a gramática geral como ordenamento da língua, ao lado da história natural e da análise das riquezas, e como terreno sistematizado das formas de representação de um domínio do saber (seja na biologia, na economia ou na filologia), isto é, em sua relação com o valor de *Representação* dentro desses campos.

A título de ilustração, podemos então dizer que, se para Foucault os discursos são regidos historicamente por sistemas de regras que os governam e que operam sob a consciência dos sujeitos, as regras gramaticais e linguísticas fazem parte desse jogo de ordenamento das formações discursivas no interior das quais nossas falas, os saberes, o conhecimento fazem ou não sentido. Contudo, o enunciado não pode ser reduzido a uma “unidade real da comunicação verbal” [texto], tal como discute Bakhtin (1997, p.239), por exemplo, que concebe o enunciado numa perspectiva dialógica, a um elemento da gramática, tampouco a um problema de ordem linguística, porque ele é uma função, não uma categoria de análise restrita à formulação no nível da frase (um grupo de termos que se rege gramaticalmente). Mais adiante retomaremos a abordagem desse tema apresentando-lhe suas especificidades quando nos voltarmos propriamente à definição do enunciado para Foucault.

2.O énoncé em Ducrot

Feito este preâmbulo inicial nessa aula, onde procuramos até aqui situar a questão que nos norteia, passamos ao linguista francês. Não se pode definir *énoncé*, para Ducrot, sem levar em conta a definição de *enunciação*, já que o primeiro é produto do segundo:

Enunciação: o que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’[...]. Para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece (DUCROT, 1987, p. 168).

Os leitores cuidadosos perceberão que, aos poucos vamos aproximando Foucault e Ducrot, já que o modo de raciocínio de ambos parece ter coerência se levarmos em conta noções epistemológicas mais harmoniosas do que se pensava: as evidentes aproximações entre *enunciação/enunciado* ducrotiano e *enunciado* foucaultiano². Noções que podem, sim, ser lidas na seguinte dinâmica: Foucault à luz de Ducrot, ou Ducrot à luz de Foucault, o que ora fazemos. Parece, a esta altura, que a dinâmica de nossa aula vai na linha de explorar proximidades entre estes autores, mais que pontuar afastamentos entre eles – o que se pode fazer numa outra aula.

Uma segunda percepção que fortifica esta proximidade seria, por exemplo, o entendimento de que o enunciado, histórico, irrepitível e singular, é oriundo do discurso, ou como afirma Ducrot, é um “fragmento do discurso” (DUCROT, 1987, p. 166). Parece que o olhar do semanticista/linguista recai sobre o discurso, mas para se observar o discurso, é inevitável que olhemos para uma porção menor de sentidos: o enunciado.

✓Em Ducrot, uma questão basal se põe: dada a riqueza e complexidade de um enunciado, fragmento de um fenômeno mais amplo e complexo ainda, o discurso, como deve se portar o linguista para analisar um enunciado?

Sabe-se que muitos linguistas têm expertises em descrever a complexidade dos enunciados, mas, salvo exceções, preferem não se esmerar em levantar mecanismos e procedimentos para analisá-los. Ducrot, ao contrário, assume a riqueza infinda dos enunciados, mas

² É importante explicitar aqui a dinâmica de co-autoria intensa de pesquisas entre Ducrot e Carel, produzindo muitos trabalhos e aulas em parceria, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris.

sugere um método de observação de enunciado, usado até hoje na Semântica Argumentativa: *a frase*.

A frase “é uma construção do linguista, e que permite dar conta dos enunciados”³ (DUCROT, 1987, p. 166). O enunciado é uma entidade observável, e a frase, uma entidade teórica. Atualmente a ideia metodológica da *frase* está rearranjada e formalizada, na Teoria dos Blocos Semânticos, na noção de *argumentação estrutural* (que ilustra significações da frase), co-trabalhada com a noção de *argumentação contextual* (que ilustra sentidos do enunciado). Desse modo, em Ducrot, uma operação analítica não se ocupa da frase sem o enunciado ou vice-versa, como se ouve, vez ou outra. A Semântica Argumentativa ocupa-se desta unidade teórico-divisível (a frase) para se debruçar sobre fenômeno da significação.

Assim, em Semântica Argumentativa, preterir frase ou enunciado isoladamente (más leituras de Ducrot) não possui sustentação epistemológica, já que frase/enunciado são divisíveis apenas enquanto abstração teórica, como ensina Ducrot, já que estamos falando de uma metodologia (a divisibilidade), e não do objeto (o enunciado, produto da enunciação, ou do fenômeno da

³ Aqui vale uma nota: é interessantíssimo que se chame a atenção para o modo como Ducrot se debruça sobre a frase: pensando enunciados. Só se pensa enunciados por frases, e vice-versa. Ducrot jamais se ocupa da frase de modo isolado, porque suas análises transgridem o limite da frase. Os críticos de Ducrot que lhe atribuem epíteto de “frasista” não estão atentos para o fato de que, para se pensar uma única frase, ou uma única palavra, Ducrot mergulha em uma série de enunciados, faz emergir certos grupos de arquivos (para usar uma nomenclatura foucaultiana), conclamados por conjunções como: *mas, até mesmo, muito, pouco, um pouco* etc., a partir das quais vai identificar ocorrências de significações frásticas em grupos de enunciados. Como ele mesmo diz: “eu creio verdadeiramente que nós não podemos descrever as palavras sem fazer aparecer as enunciações que se formam graças à essas palavras” (DUCROT, 2013, p. 41, tradução nossa). Tomemos como exemplo a noção de *subentendido* (hoje, interpretação argumentativa): ao dizer “Pedro parou de fumar” para subentender (interpretar argumentativamente): “você precisa parar de fumar”, a noção de subentendido / interpretação argumentativa não é senão um convite à arqueologia argumentativa que revela um arquivo de regras onde, dar certo conselho, significa citar exemplos para que este conselho seja validado. À luz de Foucault, diremos que o caráter de “decifrar”, que funda o subentendido ducrotiano, é um gesto de olhar para o arquivo no qual um enunciado se produz e significa. Por esta prática, é mais coerente que se diga que Ducrot não é um frasista de estruturas isoladas (nunca o foi), mas que Ducrot fundou um estruturalismo enunciativo, Ducrot é um analista de discurso via frases em enunciados. Um bom leitor ducrotiano compreende que a frase, em Ducrot, é antes de tudo um método.

enunciação significante). Trata-se, segundo Ducrot (1987, p. 167), de “uma diferença de estatuto metodológico”.

Um desdobramento desta abordagem metodológica ducrotiana são as noções de significação e sentido. Como o interesse da Semântica Argumentativa é semântico, as investigações significantes e significáveis, no interior desta teoria, são formalizadas da seguinte forma: o enunciado produz *sentidos*, e a frase (método para se olhar para o enunciado) faz ver *significações*, de modo que, para se investigar o sentido (oriundo do enunciado), o semanticista precisa considerar a significação (inscrita na frase). Temos aqui uma súmula ducrotiana: pode-se dizer que o objeto de interesse de Ducrot é a significação, vislumbrada pelo discurso, decomponível em fragmentos (o enunciado), que para ser aceitável, deve se valer da ordem inteligível e analítica da frase, considerando o modo como as significações da frase são atualizadas em sentidos nos enunciados.

3.O énoncé em Foucault

Na ocasião dos 50 anos de publicação de *A Arqueologia do saber* (1959) em 2019, é de grande importância visitar uma das obras fundamentais de Michel Foucault, começando por um dos seus conceitos basilares de um conjunto de trabalhos que a antecederam. Na verdade, este livro nos é singular por se tratar de uma espécie de texto-tratado histórico e metodológico onde ele reúne e esclarece concepções teórico-metodológicas com as quais empreendeu suas análises em obras como *Doença mental e psicologia* (1954), *História da loucura na idade clássica* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966), para ficarmos nos primeiros da sua fase arqueológica.

A arqueologia do saber acaba sendo um livro onde ele promove o “método arqueológico” com o qual ele desenvolvia seus estudos da história das ideias e dos sistemas de pensamento questionando o princípio da continuidade histórica que ele procurava minuciosamente decompor, evidenciando as marcas de descontinuidade no interior de grandes formações discursivas que regiam “cosmovisões históricas”, “senso comum” revestido de cientificidade, saberes monumentalizados nas sociedades, enfim, a própria retórica naturalizante e continuísta da história global. Para isso, Foucault analisa discursos entendidos como práticas no interior de

configurações de cada época (que, para marcar uma comparação, Ducrot chamou de *conhecimento anterior*. Por exemplo, a filosofia observava que, historicamente, as práticas discursivas foram mudando em torno da própria ideia que se tinha sobre o louco e a loucura (ao longo da história, a “loucura” nem sempre foi objeto científico: quem era o louco? O que era a loucura? E quem estava autorizado a enunciar discursos sobre louco/loucura?...), mas nem sempre a medicina nem o médico tiveram domínio autorizado a ter controle sobre os corpos dos loucos e portadores de doenças mentais, analisando-os, medicando-os, falando sobre, e mantendo-os sob seu olhar médico vigilante. Mas não só isso. Sujeitos que gozam de certos privilégios, lugares e posições jurídico-científicas são autorizados a enunciar a respeito de determinados corpos (tal como, hoje, um “juiz” pode nomear alguém “culpado”, ou tal como um “médico” pode nomear alguém por “portador de transtorno mental”). E conseqüentemente, pronunciam ou descrevem enunciados produtores de *verdades*, seja a verdade jurídico-policial seja a médico-psiquiátrica.

Na *Aula de 8 de janeiro de 1975*, analisando a relação entre verdade e justiça a partir de casos psiquiátricos em matéria penal, Foucault (2010a) questiona aos presentes como os relatórios médicos e policiais (boletim de ocorrência, laudo pericial) são gêneros discursivos constituídos por um discurso de verdade que goza de certos privilégios documentais. O primado da veracidade está diretamente relacionado aos sujeitos que enunciam e pronunciam um saber de ordem criminal materializado em um dado gênero discursivo. Em suas palavras:

o relatório dos peritos – na medida em que o estatuto de perito confere aos que pronunciam um valor de cientificidade, ou antes, um estatuto de cientificidade – goza, com relação a qualquer outro elemento da demonstração judiciária, de certo privilégio. Não são provas legais no sentido em que o direito clássico as entendia ainda no final do século XVIII, mas são enunciados judiciários privilegiados que comportam presunções estatutárias de verdade, presunções que lhes são inerentes, em função dos que as enunciam. Em suma, são enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária. (FOUCAULT, 2010b, p. 11)

Assim, foi possível uma série de enunciados produzidos ao longo dos séculos que desse sustentação a uma dada formação discursiva

mais ou menos consolidada, constituindo assim um saber com suas regras de formação e configurando o campo da medicina psiquiátrica na modernidade. Portanto, na esteira do método arqueológico, Foucault procurou compreender como funcionavam estas regras de formação, que princípios e instituições os discursos obedeciam para que pudessem fazer sentido ou serem rejeitados (*finesses* que, na atualidade da Semântica Argumentativa, são refletidas pela noção de argumentação contextual, 1º plano e 2º plano, como veremos em outras aulas deste livro).

Foucault tinha muita clareza de que tal problema era da ordem da linguagem, mas esta não poderia “revelar” a realidade material e empírica do mundo livre dos atravessamentos subjetivos e históricos onde o próprio sujeito reside e se constitui como tal. Nesse sentido, a linguagem é representação, mas também materialidade que representa o mundo, suas coisas e os saberes em distintas épocas; é ela que dá forma ao discurso, que o conforma e o distribuirão. Aqui também existe um ponto de diálogo entre as duas epistemologias basilares desta aula, a *arqueologia* de Foucault e a Semântica Argumentativa, de Ducrot: o referencialismo quântico e o empírico, físico e real parece não ser um elemento constitutivo da teoria foucaultiana e ducrotiana. A linguagem é antes de tudo um sistema cujo fim é a produção de sentidos, e não a relação entre palavras e coisas físicas do mundo. A enunciação ducrotiana (e o enunciado foucaultiano) deve sopesar a máxima de que dizer não é relacionar palavras e coisas no mundo, como propõe, por exemplo, Ockham ou Frege⁴. Dizer é significar, e significar é a única forma de participar do mundo. Dizer é enunciar a partir de um lugar (*lugar de fala?*, *posição*

⁴Ducrot e Foucault afastam-se da seguinte abordagem: o sentido (as palavras, as frases etc.) se relaciona necessariamente a um objeto no mundo (uma coisa, algo existente, algo físico), numa equivalência direta: palavra – objeto no mundo. Essa perspectiva de relação direta entre a linguagem e as exterioridades da linguagem é de Guilherme de Ockham. Na visão de Frege, a relação entre a linguagem e as exterioridades é configurada pelo sentido, entendido como elucidando a referência e fornecendo visão parcial do referente. Para Frege, a referência de um enunciado torna-se um valor de verdade, “regulando” a relação entre a linguagem e coisas empíricas no mundo. De qualquer forma, a posição de Frege difere em muito da posição assumida tanto por Foucault quanto por Ducrot. Trata-se do modelo semântico de Gotlob Frege: o sentido (as palavras, as frases etc.) se relaciona necessariamente a um objeto no mundo (uma coisa, algo existente, algo físico), numa equivalência direta: palavra – objeto no mundo.

sujeito?), voluntária ou involuntariamente, pautados sempre em um arquivo enunciativo que pré-argumenta em todo discurso. Voltemos às reflexões de M. Foucault.

Na esteira do que viemos discutindo até aqui, Araújo (2004) vai dizer que o “veículo, o instrumento desses saberes, é o discurso.” (p. 217) Dito isso, precisamos então voltar a uma noção fundamental, em *A arqueologia*, para entendermos o funcionamento do discurso, sua configuração enquanto esta espécie de “veículo” motor, fora do qual as ideias não fazem sentido. Trata-se, como anunciamos, da noção de *enunciado* e o problema de sua direta associação ao *enunciado linguístico*. Haveria algum tipo de equivalência explícita nos estudos de Foucault? É o que veremos.

O conceito de enunciado ocupa um lugar central no seu método, tendo todo o terceiro capítulo do livro *A arqueologia do saber* dedicado à sua análise por oposição a três categorias da língua: a frase, a proposição e os atos de fala (*speech acts*). O filósofo começa por opor uma possível compreensão de enunciado a partir de uma perspectiva gramatical ou de uma mirada lógica. Ele prefere então situar a discussão do nível de análise mais molecular (o enunciado) ao nível mais ampliado (o arquivo) em seu método, o que justifica a opção da nomeação desse capítulo intitulado *O enunciado e o arquivo*.

Gilles Deleuze, no livro *Foucault*, situa o filósofo na posição de arquivista diferindo-o da tradição talvez estruturalista pela sua maneira de proceder com a análise do arquivo: “O novo arquivista anuncia que só vai se ocupar dos enunciados. Ele não vai tratar daquilo que era, de mil maneiras, a preocupação dos arquivistas anteriores: as proposições e as frases.” (DELEUZE, 2005, p.13). De início, para responder a sua questão basilar “o que é o enunciado?”, Foucault afirma que *é a unidade elementar do discurso*, não da língua, ainda que ele não negue as três categorias linguísticas, a que nos referimos acima, como possibilidade de existência a partir do enunciado. Dessa forma, o enunciado é aquilo que oferece condições de possibilidade e de existência de frases, proposições e atos de fala. Ele pode ter sua formulação linguística, mas não se resume apenas a uma forma fixa possível de descrição ou decomposição no nível da textualidade. É por isso que, conforme suas próprias palavras, ele teve “o cuidado de não dar uma definição preliminar de enunciado” (FOUCAULT, 2008, p. 90). Ele preferiu traçar uma série de características, estabelecer relações, situá-lo em série de

agrupamentos na medida em que se pudesse entendê-lo no interior de formações discursivas. Então o filósofo vai dizer que

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de agrupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2008, p.90)

Esta citação ilustra bem o cuidado de Foucault em situar por hierarquia a relação e, ao mesmo tempo, a diferença entre o enunciado e o discurso. Então ele segue este raciocínio distinguindo-o da frase, da proposição e do *speech act*.

1) Primeiramente, ele o diferencia da **proposição**: é possível que duas proposições lógicas funcionem como enunciados distintos ainda que suas estruturas sejam idênticas no nível da formulação e carreguem o mesmo valor. Ele apresenta então duas proposições: “ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu”, sendo ambas idênticas por apresentarem mesma identidade do ponto de vista lógico. Logo, elas não podem ser discerníveis. Não se pode julgá-las como sendo uma verdadeira e outra falsa.

2) Segundo, o enunciado não pode ser confundido com uma **frase** porque ele não depende necessariamente de uma estruturação linguística podendo ser, desse modo, decomponível em um sujeito gramatical, um verbo de ligação ou transitivo e um predicado ou complemento verbal. Assim ele afirma: “Sempre que existe uma frase gramaticalmente isolável, pode-se reconhecer a existência de um enunciado independente; mas, em compensação, não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes” (p.92). Há, nessa perspectiva, enunciados que não se resumem exatamente a uma frase: é o caso da tabela periódica, um quadro de classificação de espécies botânicas, um gráfico, uma pirâmide etária, uma pintura, um desenho. Todos estes exemplos não são frases, mas podem se inscrever na ordem do discurso como

enunciados em relação de coexistência com outros enunciados no interior de uma dada formação discursiva⁵.

3) Por fim, Foucault diferencia o enunciado do **ato de fala** (*speech act*), sendo esta uma categoria de análise dos estudos pragmáticos de tradição inglesa em que se outorga ao indivíduo seu caráter intencional atrelado a uma vontade singular de sua mente quando produz um ato ilocutório. O fato de convencer, de incitar alguém a agir a partir de uma dada afirmação, o ato perlocutório de persuadir alguém, segundo Austin, os atos ilocutórios de ordens, promessas etc, e os atos de obter um resultado ou um efeito empírico no interlocutor de modo que o faça sentir-se feliz, infeliz, amável etc, não são considerados em Foucault. O filósofo vai se preocupar então, não com os resultados concretos de um ato ilocutório do falante, mas com as condições que levaram sujeitos a apresentarem um dado enunciado e não outro em seu lugar.

Nesse viés, o interesse de Foucault é analisar o nível de correlações entre uma frase num ato de fala e outra frase dita antes, em outro lugar, havendo possibilidade de retorno e atualização no momento de sua emergência. Em síntese, ele vai concluir que uma língua jamais vai se apresentar em sua totalidade e reduzida a uma experiência mental e individual do falante; ela só existe pela possibilidade de existência de enunciados que lhe dão forma material. O enunciado é, portanto, uma função de existência que pertence aos signos, é um conjunto de signos em função enunciativa, “é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 2008, p.98)

Outro aspecto de suas reflexões que o filósofo apresenta ainda no terceiro capítulo dedicado à explicitação da noção de enunciado tem a ver exatamente com o que ele irá discutir sobre *função enunciativa*. Para tanto ele apresente 4 condições que, em nosso

⁵ A recusa da frase gramatical (isolada, informacional e auto-normativa) é também um gesto ducrotiano (cf. DUCROT, 1987, p. 166-167). Pois, como vimos, a frase, em Ducrot, não é uma unidade normativa (que ilustra regras). A frase é uma unidade semântica (que ilustra significações). Isto é, a frase ducrotiana é um elemento que serve a seu método: um modo de pensar o enunciado, um método para observar significações (da língua, fora de uso) no sentido (na língua em uso). Uma outra leitura interessante para aprofundar as noções de frase e enunciado em Ducrot é: DUCROT, O. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Eunadi: linguagem – enunciação*. Volume 2, 1984.

entendimento, são as características fundamentais do enunciado, a saber: está relacionado diretamente a um domínio de objetos (a um referencial) e a um sujeito, apresenta uma historicidade e se formula mediante uma materialidade repetível. De modo sintético, passaremos por estas quatro características, analisando o enunciado:

(A) *Não sou racista, até tenho amigos negros.*

4. Pequena análise à luz de Foucault

Na ótica do Foucault, a primeira condição de funcionamento do enunciado e para que faça sentido é o fato de que ele esteja relacionado a um **referencial**, a um **domínio de objetos**, e esteja sempre povoado de outros enunciados. Diferentemente de frases aleatórias que podem ser descritas e decompostas a partir de níveis fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos, o que define um enunciado depende de um referente que lhe é exterior ou, como diz o filósofo: “É preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações” (p.101). O enunciado (A) “*Não sou racista, até tenho amigos negros*” não é lido como uma frase isolada de seu referente, mas a partir do fato de que se possa manter relação com outros domínios de objetos (referencial): a história da escravidão, as práticas de resistências e lutas em combate a distintas formas de opressão do povo negro no Brasil e no mundo, as violências cotidianas que acometem o povo afrodescendente, as tentativas de criminalização das lutas sociais e étnico-raciais pelo Estado e de suas instituições.

A outra condição de funcionamento do enunciado está atrelada à existência de um **sujeito**; não o sujeito gramatical, nem um sujeito empírico entendido como indivíduo, mas como uma posição e uma função que pode ser ocupada por diferentes indivíduos; é, pois, um lugar determinado e vazio que tais indivíduos podem ocupar. O enunciado (A) pode ser proferido por instâncias produtoras diversas, a saber: um personagem dentro de um romance, o narrador desse romance, um político acusado de ter sido racista, o ator de uma peça de teatro no palco etc., um humorista em programa de TV, ainda que gramaticalmente o sujeito EU como agente do verbo na frase seja uma categoria implícita e genérica identificada pela formação verbal “sou”. Mas o sujeito do enunciado não pode ser confundido com o sujeito da gramática, dado o fato de que este último independe da historicidade inerente à enunciação.

A terceira característica da função enunciativa se trata do que o filósofo denominou como **domínio associado**; ou seja, o enunciado inevitavelmente compõe uma trama que ele chama de “campo associado” a outros enunciados, saberes e discurso no interior de uma dada formação discursiva. Os analistas do discurso têm mobilizado a noção de memória discursiva procurando compreender a relação de um dado enunciado com outros formulados antes e alhures, mobilizados ou atualizados na ordem dos acontecimentos. Courtine (1999), por exemplo, propõe uma análise do campo dos enunciados com intuito de compreender a correlação com outros enunciados e sua condição de existência. Para isso, ele mobiliza as noções de memória discursiva e de interdiscurso, não como sinônimos, mas como categorias constitutivas do enunciado, no nível de sua existência histórica por meio de práticas discursivas e de sua formulação material e linguística através de paráfrase, citação e reatualização. Nesse sentido, o enunciado (A) mobiliza outros enunciados já ditos e, igualmente, conhecidos no interior de uma formação discursiva de teor racista:

- (A1)⁶ *Não sou racista, porque já tive uma namorada negra;*
- (A2) *Não sou racista, mas prefiro ter nora branca;*
- (A3) *Certa vez, houve um passageiro que se recusou a voar com um piloto negro;*
- (A4) *Não existe mais isso de negro e branco, somos todos humanos.*

Por fim, a quarta e última condição de funcionamento do enunciado tem que ver com a sua **existência material**, isto é, que todo enunciado ganhe sua formulação mediante uma materialidade sógnica. Para que o enunciado faça sentido, atualize outros enunciados já produzidos, dele se possa descrever sua natureza histórica, é necessário que se manifeste numa espessura semiológica, apresente uma textualidade linguística e/ou não linguística. É nesse sentido que Foucault apresenta *um quadro de classificação de espécies botânicas, um gráfico, uma pirâmide etária* como exemplos de enunciados, diferindo assim a noção de enunciado e de frase (gramatical). A materialidade apresenta também uma substância, um tempo e espaço onde emergiu ou foi posta à circulação; se realiza numa esfera

⁶ Estes enunciados foram recuperados da página do buzzfeed.com: <<https://www.buzzfeed.com/br/ramosaline/coisas-que-toda-pessoa-que-ainda-e-racista-diz>>. Acessos em: 17 fev. 2019.

genérica, se apresenta em forma de gênero discursivo (um romance, uma peça teatral, uma conversa, uma notícia jornalística, uma charge, uma fotografia etc.), tem uma identidade e um regime que pode ser repetível e obedece a regras de funcionamento estabelecidas historicamente por certas instituições como a ciência, a universidade, a literatura, a justiça etc. Retomando nosso exemplo A (“*Não sou racista, até tenho amigos negros.*”), o enunciado em análise apresentou-se materialmente mediante signos linguísticos perfeitamente compreensíveis por um falante-leitor em língua portuguesa, o que poderia também ser formulado em outra língua obedecendo a suas regras de formação e estruturação. Mas a mesma série de discursos que coabitam o enunciado (A) pode trazer outras materialidades que evidenciem o discurso de teor racista no qual se oponham negros e brancos numa sociedade cuja memória escravocrata resiste a outros discursos que insistem em negá-la, minimizá-la ou reservar-lhe o esquecimento senão o riso debochado e indiferente, como e pode observar nos enunciados de A1 a A4.

5. Pequena análise à luz de Carel e Ducrot

Seguiremos os quatro passos foucaultianos acima, na tentativa de aproximar o raciocínio teórico foucaultiano do raciocínio teórico semântico-argumentativo. Cientes de que, como discute Machado (2019, p. 6), “deve-se ter a consciência de que estamos lendo, ao mesmo tempo, duas epistemologias autônomas entre si, não para equacioná-las, mas para promover um choque teórico produtivo para os dois modos de raciocínio”.

Nosso interesse, longe de pretensões diversas, é senão dar-se ao exercício livre de ler simultaneamente Foucault, Ducrot e Carel, sem compromissos de conclusões pré-dadas. O ponto de início é válido para as duas perspectivas enunciativas: partir do enunciado dado para explorar sentidos ali produzidos, flagrados por noções co-significantes deste/neste enunciado. Tal como explica Ducrot (1987, p. 172): o sentido é a descrição da enunciação (e não só do enunciado).

A primeira condição de funcionamento do enunciado foucaultiano, possível pelas noções de referente e domínio de objetos, em Semântica Argumentativa, é o **bloco semântico estrutural** da palavra “racismo” (que está inscrito no nível da frase, isto é, que

carrega *significações* da língua fora de funcionamento). Ele é a concepção técnica de **discursos anteriores** sobre o racismo.

Retomemos (A) *Não sou racista, até tenho amigos negros*. Inicialmente, na ausência de uma contextualização, mas valendo-se de todo o passado semântico que construiu a significação do racismo, podemos apresentar uma suposição. Propomos que a significação de “racista” tenha o seguinte referente (para a Semântica Argumentativa, o seguinte *aspecto argumentativo estrutural*): [HIERARQUIZAR DIFERENTES MELANINAS OU ETNIAS, PORTANTO TRATAR DIFERENTE AS PESSOAS].

Almeida (2018, p. 25) descreve com maestria este referente racista, organizado por um domínio de objeto constituído de quatro noções, segundo ele:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam [...].

Preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode resultar ou não em práticas discriminatórias [...].

Discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados [...].

Racismo estrutural: de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.

Pautados na Semântica Argumentativa, podemos reorganizar este domínio de objeto acima, ou conhecimentos anteriores (DUCROT,

1999, p. 106), pelo seguinte *bloco semântico estrutural* da palavra “racismo” (onde “x” é o agente dos acontecimentos):

➤ *discriminação racial*

[x hierarquiza diferentes melaninas ou etnias PORTANTO x trata diferente certas pessoas]

➤ *preconceito racial (não manifesto)*

[x hierarquiza diferentes melaninas ou etnias NO ENTANTO x NÃO trata diferente certas pessoas]

➤ *racismo estrutural (inconsciente)*

[x NÃO hierarquiza diferentes melaninas ou etnias NO ENTANTO x trata diferente certas pessoas]

➤ *não racista*

[x NÃO hierarquiza diferentes melaninas ou etnias PORTANTO x NÃO trata diferente certas pessoas]

A segunda condição foucaultiana, também trabalhada por Carel e Ducrot, diz respeito à **teoria argumentativa da polifonia** (que está inscrito no nível do enunciado, isto é, que carrega sentidos próprios da língua em funcionamento). A polifonia tem a ver com o sujeito do discurso (o sujeito da enunciação, distinto do sujeito empírico).

Inicialmente, podemos recuperar o antigo conceito de **enunciador** ducrotiano. O Locutor de (A) traz à tona alguns (E) enunciadores (pontos de vista): ao dizer *não sou racista*, apresenta-se o E1 “sou racista” e o E2 “não sou racista”; e ao dizer *tenho amigos negros* apresenta-se o E3 “eu tenho contato com negros” e o E4 “às vezes eles são meus amigos”; e ao evocar a amizade usando *até*, instaura-se uma gradualidade de amizade, cujo efeito de sentido é: “outros amigos” (quais forem, mesmo sem serem nomeados) são mais preferíveis que “amigos negros”, uma vez que *até* instaura uma escala de valores argumentativos, cuja desvalorização do negro é legitimada pelo uso de *até*.

Por exemplo, podemos pensar na diferença hierárquica entre: *Eu não sou racista, tenho amigos de várias etnias* (afasta-se do discurso que marca preferências de etnias); *Eu não sou racista, tenho amigos brancos, negros e indígenas* (nomear uma minoria acaba por legitimar a existência de uma minoria, em lugar “menor”); e *Eu não sou racista, até tenho amigos negros* (conceder ao negro o ingresso em um círculo amistoso por vias de *até* marca um *ranking* de desprivilégio do negro no enunciado, e parece comunicar mais ou menos algo como “sou uma

pessoa boa por permitir que negros entrem na minha vida”). Isto é a gradualidade: vislumbrar variações semânticas de intensidade através da análise semântica de *até*.

Ainda é produtivo recuperar nesta discussão as noções de **modos enunciativos** (antiga “pessoa” ou “voz”), atualização do antigo par locutor / enunciador, e que retoma de forma menos corporificada a velha noção de enunciador (consultar o capítulo de enunciação linguística, de Carel, neste volume). Por elas, o enunciado “*Não sou racista, até tenho amigos negros*” ilustra uma Pessoa do Locutor, de sentido “EU” (eu não sou...), chamado de *modo enunciativo concebido*, o que declara ter amigos negros; e uma Pessoa do Mundo, de sentido coletivo “MUNDO”, chamado *modo enunciativo encontrado*, que põe o ponto de vista enganoso de uma coletividade que enuncia ter amigos negros para significar não ser racista.

Se soubéssemos as condições de produção das instâncias produtoras deste enunciado (uma acusação? Uma campanha política?), poderíamos enxergar mais pessoas: um TU (discursos que me acusam ser racista caso não tenha amigos negros), um ELE (não identificado), chamado de *modo enunciativo recebido*, tal como enunciar (A) em resposta a um “ouvi dizer que você é racista”, etc. Enfim, todo enunciado, para a semântica Argumentativa, revela uma *polifonia significante*: modos enunciativos inscritas no enunciado, que revelam as “vozes” de seus grupos. E tal como Foucault, o sujeito do enunciado ducrotiano e careleano está longe do sujeito gramatical informacional.

Seguindo a análise, na terceira condição para o funcionamento do enunciado, para Foucault o domínio associado, com memórias, interdiscursos e relações entre enunciados passados e enunciados presente, apresentamos, segundo Carel e Ducrot, o domínio associado próprio da **polifonia de usos do “até”** (que toca tanto o nível das *significações* da frase, aqui o advérbio *até* fora de uso, quanto o nível dos *sentidos* do enunciado, aqui o advérbio *até* em uso).

Existe uma vasta gama de significações e usos de “até” que se afasta do uso normativo, em detrimento de um funcionamento argumentativo, a qual queremos por foco. Mas antes é preciso lembrar que esta análise linguística não segue o mesmo parâmetro de Michel Foucault, porque o filósofo não tem os mesmos objetivos que os linguistas com os quais trazemos ao diálogo. Como dissemos, o enunciado foucaultiano não se

reduz à frase nem a um aspecto linguístico, tampouco seu sujeito se confunde com o sujeito da gramática. Procedemos, pois, com uma análise à luz de Ducrot e Carel procurando mostrar em que medida o domínio associado pode ser capturado na superfície da sintaxe que materializa o discurso de teor racista.

Escolhemos dois grupos separados por *até*, pois, para Ducrot, os conectivos não servem para ligar, mas para revelar sentidos dos enunciados. Escolhemos as expressões “não ser racista” e “amigos negros” para um olhar mais atento (o que poderíamos fazer com todas as palavras do enunciado, e com grupos de palavras do enunciado). Neste par, a primeira pontuação que fazemos é o modo de descrição da amizade, ou seja, a nomeação de “negro” num universo infinito de amigos: gordos, magros, tímidos, extravagantes, religiosos, ateus, ricos, pobres, alegres, ranzinza etc. Segundo Tadeu (2020), a própria ideia de classificar amizades por raças é uma atitude racista. E o uso de “até” traz à tona duas vozes recíprocas, um tanto que clichê sobre o racismo: a voz pressuposta e excluída [não ter amigos negros PORTANTO ser racista] e a voz contrária e posta [ter amigos negros PORTANTO não ser racista]. É neste quase-bloco de par recíproco que o locutor se constrói enquanto λ antirracista (um “eu” antirracista), segundo Ducrot, ou por um modo enunciativo concebido, segundo Carel.

Assim, o uso de “até”, mesmo que a frase seja normativamente correta, produz um efeito de sentido de “ser racista”, uma vez que “até” instaura um referencial (para Foucault) ou uma gradualidade (para a Semântica Argumentativa) de universo hierárquico que coloca o “amigo negro” em lugar desprivilegiado (por exemplo: não há como não perceber certa hierarquia no uso de *até*, como a seguinte: “tenho amigo branco (alta hierarquia), tenho amigo X, tenho amigo Y (média hierarquia) e *até* tenho amigo negro (baixa hierarquia)”. Conforme afirmam Ducrot e Anscombe (1983, p. 58): “o *até* revela a existência de uma organização argumentativa inscrita na língua”.

Categorizar as amizades em melaninas, e neste universo de cores instaurar uma hierarquia por “até”, é colocar o negro em um nível desprivilegiado (ora, não se diz “eu não sou racista, até tenho amigos brancos”), e manifestar uma certa negatividade apesar do discurso que se queria positivo, frente às pessoas negras.

Queremos apresentar ainda, neste domínio associado de usos do *até*, outras tentativas para tentar valorizar minorias, mas que se

acabam discriminando-as por reservar a elas lugares rotulados em um mundo desigual, o que produz apenas um valor superficial de inclusão. São elas: enunciações valendo-se do *mas*: “ele é republicano, mas honesto”; valendo-se de *me dou bem com*: “eu me dou bem com ciganos”; valendo-se de *permitido*: “entrada permitida para emigrantes”; valendo-se de *prioridade*: “trabalho de cortar a grama – prioridade para hispânicos”, valendo-se de *desde que*: “emprega-se mulheres, desde que bonitas”⁷, além de tentativas de elogios que metaforizam a selva e ilustram valores de animais, como: “você negras são tigresas, são leoa”⁸.

Ducrot já realizou análises na esteira de “até”⁹, das quais retomamos como exemplo ilustrativo, *O programa foi tão promissor que Pedro e até Paulo vieram*. Observa-se que Paulo distingue-se dos demais partícipes presentes, justamente por não ser esperado que ele ali comparecesse, por Paulo ser adverso à ida ao programa de algum modo, e isso o torna argumento privilegiado em favor do sucesso do programa; Da mesma forma, em *não sou racista, até tenho amigos negros*, os negros distinguem-se dos demais partícipes do círculo de amizade do locutor, por ser de algum modo adverso a este círculo. Tal como Ducrot concluiu: na frase *O programa foi tão promissor que Pedro e até Paulo vieram*, “Paulo tinha mais razões que Pedro para não vir” (1980, p. 19), igualmente, em *não sou racista, até tenho amigos negros*, os negros teriam mais razões para não serem considerados amigos, que pessoas de outras de outras cores.

Ducrot e Anscombe (1983, p. 56) evidenciaram que “[...] o morfema *até* é um excelente revelador de fenômenos escalares”. O uso de *até*, portanto, mostra uma certa gradualidade argumentativa (antiga escala argumentativa), que hierarquiza coisas, pessoas, lugares e elementos.

Uma outra face analítica a se considerar no domínio associado da polifonia de usos do *até*, é a **lei da fraqueza** (*loi de faiblesse*) de Ducrot

⁷ Sobre *qualificações sexuais para o trabalho e regras de controle da aparência*, consultar, por exemplo, Soares (1998, p. 112), disponível em < <https://doi.org/10.7202/005239ar> >.

⁸ Juillard, Amit (2020). «*Je ne suis pas raciste, j'ai un amant noir*». Disponível em < <https://www.letemps.ch/societe/je-ne-suis-raciste-jai-un-amant-noir> >. Acesso em 14 janeiro de 2021.

⁹ Consultar estudos de «*même*» em *La nature sémantique de même : même opérateur argumentatif* (DUCROT ; ANSCOMBRE, 1983, p. 57) e *Les échelles argumentatives* (DUCROT, 1980, p. 18).

(1987, p. 98). Por exemplo, em uma entrevista recente, um repórter perguntou a um candidato à presidência: *o senhor tem algum amigo preto?* A resposta do candidato, em suma, foi: *tenho vários, alguns estudaram comigo, e alguns até trabalham comigo*. Instaurou-se daí uma polêmica, tanto por parte dos repórteres, quanto de outros grupos militantes, de que o candidato perdeu a oportunidade de corrigir o repórter por usar o termo “preto”, e igualmente perdeu a oportunidade de afirmar que não aceitava classificar suas amizades por raças. Temos, então duas argumentações enunciativas, uma mais fraca e outra mais forte, assim:

✓ Conforme a *lei da fraqueza* de Ducrot, nos anos oitenta, temos duas orientações argumentativas:

(B) *O senhor tem algum amigo preto?*

B1 - Eu prefiro não classificar minhas amizades por raças, nem usar esse nome.

(argumento forte para antirracismo).

B2 - Tenho vários, alguns estudaram comigo, e alguns até trabalham comigo.

(argumento fraco (ou contra-argumento) para antirracismo).

✓ Conforme a *argumentação enunciativa* de Carel, atualmente, temos um par recíproco de aspectos:

a argumentação enunciativa dita “mais fraca”, B2, ilustra o encadeamento argumentativo:

“ACEITAR A NOMEAÇÃO ‘PRETO’ E CLASSIFICAÇÃO DE AMIZADE PELA RAÇA, **PORTANTO** PERPETUAR NOMEAÇÕES E PRÁTICAS RACISTAS”; e

a argumentação enunciativa dita “mais forte”, B1, ilustra o encadeamento argumentativo:

“**NÃO** ACEITAR A NOMEAÇÃO ‘PRETO’ NEM CLASSIFICAÇÃO DE AMIZADE POR RAÇAS, **PORTANTO**, **NÃO** PERPETUAR NOMEAÇÕES E PRÁTICAS RACISTAS”.

Este curto exemplo ilustra o que afirma Ducrot (1987, p. 98): “um enunciado pode ser apresentado, de fato, para uma conclusão oposta àquela que deixa prever”. Pois ao enunciar como resposta B2 “ter

amigos pretos” enquanto argumento para não-racismo, aceitando os pressupostos do diálogo que as amizades são classificáveis pela raça, bem como aceitar que se chamasse seus amigos por “preto”, a descrição dessa enunciação torna-se argumento em favor do racismo. Como explica Ducrot “se um enunciado, tomado em seu ‘sentido literal’ é um argumento, mas argumento reconhecido como fraco para uma conclusão r, ele pode ser dado como argumento para não-r”.

Passemos ao quarto e último desdobramento foucaultiano: a existência material do enunciado. É pertinente falar, aqui, da **deontologia linguística** (DUCROT, 1972) (no sentido das regras discursivas de que o falante se vale para dizer o que diz, como por exemplo, as leis de polidez: modos de despedir, modos de dar notícias graves, modos de ser discreto etc). De fato, Ducrot sempre disse que, no acontecimento histórico de um enunciado, o aparecimento deste objeto – o enunciado – que não existia antes e não existirá depois, é produzido sob condições de “leis de discurso”. Nada é dito livre de auspícios. O dizer e o dito respeitam condições da enunciação (há formas de se enunciar). Fartos exemplos na produção da Semântica Argumentativa revelam o quadro imposto pelas leis discursivas: piadas, ironias, subentendidos, recados, afirmações, abaixo-assinados, cartas e etc. Estes formatos são pré-argumentos dos próprios enunciados (“como dizer” faz significar “o dizer”).

É neste contexto que o enunciado (A) tornou-se já um modo de apresentar-se como racista, ao se dizer não-racista. Tal como assevera Tadeu (2020, s.p.): “A frase ‘eu até tenho amigos pretos’ é um instrumento de propaganda racista construída para convencer pessoas não racistas a apoiar ideias racistas. Isto é perigoso”.

Nesta quarta condição foucaultiana da existência do enunciado, cabe também a pertinência do **efeito de sentido** das palavras para pensar por que usar uma palavra e não outra? (parafrazeando Michel Foucault: por que usar certo enunciado e não outro em seu lugar?). As palavras não são escolhidas ao acaso, e seus *efeitos de sentido* são fundamentais para a descrição da enunciação. Para Ducrot (1987, p. 48), a particularidade de cada palavra, em enunciação, produz um efeito de sentido: “o que chamamos o efeito de sentido contextual de uma palavra é, portanto, somente a mudança produzida neste contexto pela introdução desta palavra, isto é, a modificação pela qual esta palavra é responsável no sentido global do enunciado”. Por isso

que a repórter Patrícia Reis (2020)¹⁰ criticou seu colega afirmando que ele poderia ter perguntado (C) “o senhor tem amigos de outras etnias?” ao invés de perguntar (B) “o senhor tem amigo preto?”. O que se pode dizer, minimamente, é que, mesmo que tenham traços semânticos do mesmo conjunto, as palavras “etnias” e “preto” produzem um efeito de sentido bem diferente: a primeira ilustra aspectos de diversidade, a segunda ilustra aspectos de hierarquia, além de trazer à baila todo um referencial histórico de desprestígio da raça negra lusófona.

Além da escolha das palavras que constituem o enunciado, a própria condição de produção do enunciado (A) “*Não sou racista, até tenho amigos negros*”, deve ser levada em conta. Ducrot (1972, p. 270) assevera que os enunciados, seus modelos, suas palavras, formulam-se no interior de **protótipos linguísticos** de certas coletividades. Assim, refletimos, também segundo Tadeu (2020),¹¹ algumas condições do protótipo dessa coletividade que quer/precisa se dizer não-racista, e que nos faz perceber melhor a aparição deste enunciado (A):

- Para não ser racista deve-se ter amigos negros?
- Por que não se vê negros dizendo “eu até tenho amigos brancos”, mas se vê brancos dizendo “eu até tenho amigos negros”?

6. Outras aproximações teóricas entre Foucault e Ducrot: a pré-significação na linguagem

Quando se lê conjuntamente Foucault/Ducrot, não se pode deixar de notar certa proximidade entre certos termos foucaultianos – *grandes formações discursivas, senso comum, saberes monumentalizados nas sociedades e história global*, de um lado, e a noção ducrotiana de *significação*, e até *argumentação estrutural*, de outro lado, ambas para tratar de anterioridades significantes, que se tornaram significações próprias da linguagem, antes de qualquer enunciação. Por exemplo: uma série de enunciados valendo-se da palavra “água” produzidos ao longo da história, culminou na

¹⁰ REIS, Patrícia. (2020). Disponível em <<https://24.sapo.pt/opiniao/artigos/e-voces-tem-amigos-pretos>>. Acesso em 15 janeiro 2021.

¹¹ Tadeu (2020). *Quem tem amigos "pretos" não pode ser racista?*. Disponível em <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/pedro-tadeu/quem-tem-amigos-pretos-nao-pode-ser-racista-13047110.html>>. Acesso em 14 janeiro de 2021.

significação basal de [ÁGUA, PORTANTO ELA FAZ BEM] ou [ÁGUA, PORTANTO É VIDA], significação intrínseca à palavra “água”. Tais significações ressoam, explicitamente ou implicitamente, como diria Ducrot, em todas as vastas enunciações sobre “beber água”, de algum modo: sutil, velado, em acordo ou desacordo, enfim, menos ou mais marcadamente (mesmo em discursos contrários, em que a água faz mal, por exemplo, após uma cirurgia).

Outro exemplo: analisemos a palavra “louco”. Foucault, debruçou-se sobre o funcionamento das regras para significar o louco, quais princípios e instituições os discursos obedeciam para que pudessem fazer sentido esta ideia ou serem rejeitados, de um modo não muito atrelado a palavras, estruturas (embora sempre atento às suas significações). Já Ducrot caminhou e caminha na mesma linha investigativa, de um modo mais atento às palavras, às estruturas (muito embora seu objeto de estudo seja sempre a significação/sentido das palavras, e não meramente as palavras “ocas”). Assim, pensemos a palavra “louco” e seus discursos. Tal como expôs Foucault, o universo enunciativo histórico desta palavra traçou certos monumentos de saberes e sentidos comuns sobre este signo (para Ducrot, a estrutura da palavra “louco” + suas significações, nesta língua e nesta palavra cristalizadas, ao longo da história).

Ducrot diria que neste longo caminho enunciativo, a palavra “louco” cristalizou as significações estruturais co-significadas de [LOUCO PORTANTO NÃO-NORMAL] e [NÃO-NORMAL PORTANTO DEVER SER TRATADO]. Na esteira destas duas significações, Foucault procurou investigar quem, quando, onde o louco foi tratado, na medida em que o louco era diferente dos outros. O louco é, antes de tudo, conforme Ducrot – que não estudou a loucura – um semantismo de negação semântica: [UM SER HUMANO, NO ENTANTO NÃO É NORMAL, NÃO CONDIZ A REGRAS SOCIAIS PADRÕES], a significação monumental, fundamental de discursos sobre normalidade (ser normal é ceder à padrões sociais estruturais: vestir-se, portar-se etc.). A enunciação da loucura incomoda e afronta a significação prévia, pressuposta, de senso comum, estrutural portanto, de que “há pessoas normais, há práticas padrões normais”.

Contextualizando, a enunciação de “fulano é louco” diante do fato de “um transeunte andar pelado na rua”, traz à tona o saber monumental, o senso comum, a história global, a significação

estrutural própria inerente à palavra “transeunte”: [ANDAR FORA DE CASA, PORTANTO ESTAR VESTIDO]. Do mesmo modo “rasgar dinheiro” faz ver a significação própria, monumental, que se cristalizou na palavra “dinheiro” (e em seus discursos): [TER DINHEIRO, PORTANTO USAR OU GUARDAR]. Tais noções (de Foucault e Ducrot) não são a mesma coisa, evidentemente, e estão longe de uma compatibilidade, já que suas epistemologias são distintas. Mas, aos seus modos, os dois autores parecem concordar que, quando da enunciação, as significações de senso comum, argumentações prévias, monumentais, estruturais, são de algum modo flagradas na atualidade do dizer.

7. Desfecho parcial: o intrincado objeto escorregadio e complexo do énoncé

Todo iniciante nos estudos da linguagem deve desconfiar de uma aula que pretenda clarificar e definir transparentemente a vasta riqueza da enunciação ou de qualquer enunciado. Eis o pressuposto basal do énoncé. E por mais que Foucault, Ducrot, Benveniste e outros linguistas labutem por entendê-lo, ainda hoje se pena por compreender a complexidade de enunciados como “Pedro parou de fumar” e “Pedro foi prudente” (retomados em grande parte da produção bibliográfica de Ducrot, ao longo dos últimos 50 anos...). Se dois curtos enunciados incomodam um linguista por meio século, isto é argumento para ilustrar que o enunciado, não importa sua extensão, sua forma material, em palavras ou imagem, é de uma complexidade semântica imensurável. Que, talvez, não consigamos lidar com nossa atualidade científico-linguística ainda, pois talvez a deficiência não esteja no objeto (o sentido, a significação), mas no analista (em nós, no linguista, no professor), como averiguou Blomfield (1933, p. 140): “a declaração de significados é, portanto, o ponto fraco no estudo da linguagem, e permanecerá assim até que o conhecimento humano avance para muito além de seu atual estado”. É nesta dimensão escorregadia, fugidia, nebulosa e tempestuosa que se inscreve o énoncé de Foucault e Ducrot. Terminamos essa aula propondo-lhe refletir sobre algumas questões...

Quando tendermos a apreender o enunciado em sua cadeia constitutiva enquanto material linguístico apenas, é aí que devemos nos perguntar: bem... qual é a natureza histórica dos sentidos que um

enunciado X carrega? Por que o enunciado Y é lido dessa forma e não de outra? Por que este enunciado surge assim e não outro em seu lugar? Quis são as suas condições de emergência para que ele carregue tal sentido, ou melhor, para que pensemos que ele carregue apenas essa significação? Quando numa formulação linguística o enunciador mobiliza alguns marcadores argumentativos na frase, segundo a perspectiva ducrotiana, quais implicações sócio-históricas permitem que determinado sujeito assumira uma dada posição numa formação discursiva, como concebemos à luz de Foucault?

Ao fim desta aula, encontramos-nos menos inocentes para levantar as questões: afinal, o que é um enunciado? Quantas definições distintas temos de enunciado, baseadas em distintas filiações teóricas? Uma única definição de *énoncé* é possível? Fato é que estas perguntas, de ordem mais teóricas (porque precisamos ter um mundo “organizado” [a teoria] para lidar com um objeto desorganizado [a linguagem]), nos levam ao universo da Semântica (a ciência que se ocupa dos mistérios da significação e dos sentidos), porque produzem mais perguntas que respostas. Definir um enunciado é, inicialmente, lidar com estas questões nada fáceis: como significamos? Temos autonomia para significar o mundo, ou alguma coisa, pequena que seja? Dominamos o que falamos? É possível organizar o mundo por palavras?... Definir o *énoncé*, acarreta ter o que dizer sobre todas estas perguntas. E outras...

Deixando de lado este quadro labiríntico em que se filia o *énoncé*, passamos a condensar nossa aula. Após essa explanação, até aqui, que síntese podemos fazer dessa aula? Primeiramente é preciso lembrar que nosso objetivo foi estabelecer uma aproximação dos autores, evitando uma leitura forçada de ambos, posto que o filósofo e o linguista estabeleceram empreitadas muito distintas ao longo de seus trabalhos. Talvez a riqueza dessa aproximação resida exatamente no contexto epistemológico de crítica ao estruturalismo francês, corrente de pensamento da qual esses pensadores trataram de construir suas próprias interpretações. Além disso, a noção de enunciado veio nos permitir pensar que não se pode tomá-la estritamente a uma ideia de frase ou de categoria linguístico-gramatical.

O enunciado evoca uma concepção histórica dos discursos que lhe possibilitam significações no interior de formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos. Assim, poderíamos terminar essa aula

visualizando outros tipos de exercícios e mergulhando nos trabalhos dos dois autores onde a língua e a linguagem lhes são temas fundamentais para seus campos teóricos que dão título a esta aula. Como disse Ducrot (2013, p.50): “Nós somos todos foucaultianos em certa medida, de um modo ou de outro, sem poder mensurar isso muito claramente”.

Bibliografias

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018.
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso:** introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAKHTIN, B. **Estética da criação verbal.** Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BLOOMFIELD, L. Language. In: **Meaning.** London: George Allen & Unwind Ltd., 1933, p. 140.
- CAMPOS, L. A. **Racismo em três dimensões:** uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Volume 32 N° 95 RBCS n° 95/2017. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf> >. Acesso em 13 janeiro 2021.
- CAREL, M. **Présupposition et organisation du sens.** M. Bonhomme et A. Biglari (éds) La Présupposition entre théorisation et mise en discours, Classiques Garnier, p. 263-289. Paris, 2018.
- COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzato, 1999, p. 15-22.
- DELEUZE, G. **Foucault.** Trad. Claudia S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUCROT, O. **Estruturalismo e Linguística.** São Paulo: Cultrix, 1968.
- DUCROT, O. **Dizer e não-dizer:** princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1972.
- DUCROT, O. et al. **Les mots du discours.** Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, O. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Eunadi:** linguagem – enunciação. Volume 2, 1984.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito.** Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.
- DUCROT, O. Sémantique linguistique et analyse de textes. In: MICHAUX, Henri. **Littérature.** No 115, Paris: Persée, 1999, p. 104 – 125.